
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA E REAL, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA COMPANHIA ENERGÉTICA SINOP S.A.

entre

COMPANHIA ENERGÉTICA SINOP S.A.
como Emissora

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. – ELETRONORTE

e

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO – CHESF
como Fiadoras

Datado de
17 de março de 2015



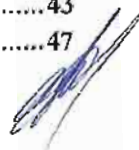
Ver CI-PCJ-Nº

165 / 15



ÍNDICE

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO	3
CLÁUSULA II REQUISITOS	3
CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO	6
CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	11
CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA	18
CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO OBRIGATÓRIO AMORTIZAÇÃO PARCIAL OBRIGATÓRIA EXTRAORDINÁRIA E AQUISIÇÃO FACULTATIVA	18
CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO	21
CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS FIADORAS	25
CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO	32
CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS	41
CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS FIADORAS	43
CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS	47



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA E REAL, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA COMPANHIA ENERGÉTICA SINOP S.A.

Pelo presente instrumento particular:

COMPANHIA ENERGÉTICA SINOP S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, Setor Comercial Norte, Quadra 6, Conjunto A, Bl. A, sala 402, Asa Norte, CEP 70.716-900, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 19.527.586/0001-75, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Emissora" ou "Companhia"); e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, ala B, salas 303 e 304, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Agente Fiduciário"), na qualidade de representante dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"); e, ainda, como intervenientes anuentes,

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. – ELETRONORTE, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, Setor Comercial Norte, Quadra 6, Conjunto A, Bl. B e C, Entrada Norte 2, Asa Norte, inscrita CNPJ/MF sob o nº 00357.038.0001-16, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("ELETRONORTE"); e

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO – CHESF, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Recife, Pernambuco, na Rua Delmiro Gouveia nº 333 – Edifício André Falcão, Bairro de San Martin, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.541.368/0001-16, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("CHESF" e, em conjunto com a ELETRONORTE, as "Fiadoras" e quando referidas individualmente, "Fiadora");

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e as Fiadoras doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte",

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária,



Ver CI-PCJ-Nº

165 / 15



com Garantia Adicional Fidejussória e Real, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição da Companhia Energética Sinop S.A. ("Escritura"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1. Autorização da Emissora

1.1.1. A presente Escritura é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia em reunião realizada em 17 de março de 2015 ("AGE da Emissão"), na qual foram deliberadas: (a) a aprovação da Emissão, bem como de seus termos e condições; e (b) a autorização à Diretoria da Companhia para adotar todas e quaisquer medidas, praticar todos os atos e celebrar todos os documentos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE da Emissão, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura, tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.1.2. Os membros do conselho fiscal da Companhia, reunidos em 10 de março de 2015, após a análise das características e condições principais da Emissão (conforme abaixo definido), decidiram, por unanimidade e sem quaisquer restrições, opinar favoravelmente à aprovação da Emissão pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia ("Parecer do Conselho Fiscal"), tudo em conformidade com o disposto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações.

1.2. Autorização da Fiança

1.2.1. A Fiança, constituída por cada uma das Fiadoras, por meio deste instrumento, foi aprovada com base nas deliberações do Conselho de Administração da ELETRONORTE, em reunião realizada em 16 de dezembro de 2014 ("RCA ELETRONORTE") e da CHESF, em reunião realizada em 10 de dezembro de 2014 ("RCA CHESF") ("RCAs da Garantia").

CLÁUSULA II REQUISITOS

A 1ª (Primeira) emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória e real, em duas séries, da Emissora, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores



Ver CI-PCJ-Nº

165 / 15 ---



Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e desta Escritura ("Emissão" ou "Oferta Restrita"), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na CVM e Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.2. Por se tratar de oferta para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, a Oferta Restrita poderá vir a ser registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" atualmente em vigor, exclusivamente para fins de informar a base de dados da ANBIMA, após a expedição de diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.

2.2. Arquivamento nas Juntas Comerciais competentes e Publicação dos Atos Societários

2.2.1. A ata da AGE da Emissão será arquivada na Junta Comercial do Distrito Federal ("JCDF") e publicada no Diário Oficial da União ("DOU") e no jornal "Correio Brasiliense", nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. As RCAs da Garantia serão arquivadas e publicadas da seguinte forma: (i) a RCA ELETRONORTE será arquivada na JCDF e publicada no DOU e no jornal "Correio Brasiliense"; e (ii) a RCA CHESF será arquivada na Junta Comercial do Estado de Pernambuco ("JUCEPE") e, em conjunto com a JCDF, ("Juntas Comerciais") e publicada no Diário Oficial de Pernambuco e no "Jornal do Commercio", em todos os casos nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Arquivamento da Escritura na Junta Comercial do Distrito Federal

2.3.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JCDF, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da sua celebração, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações. Em até 2 (dois) Dias Úteis contados do referido registro, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Escritura ou do respectivo aditamento, conforme aplicável, na JCDF.



Ver CI-PCJ- Nº 165/15



2.4. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia

2.4.1. As Debêntures serão registradas para:

- (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e
- (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente na CETIP.

2.4.2. As Debêntures serão custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.3. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.5. Registro da Fiança e da Garantia Real

2.5.1. Em virtude da Fiança, prestada nos termos da Cláusula 3.8 abaixo por cada uma das Fiadoras em benefício dos titulares das Debêntures (“Debenturistas”), a presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados pela Emissora, às suas expensas, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Brasília, Estado do Distrito Federal, da Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (“Cartórios de RTD Fiança”), em até 2 (dois) Dias Úteis contados da sua celebração. Em até 2 (dois) Dias Úteis contados do referido registro, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Escritura ou do respectivo aditamento, conforme aplicável, devidamente registrado nos Cartórios de RTD Fiança.

2.5.2. Em virtude da Garantia Real (conforme abaixo definida), o Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido) e seus eventuais aditamentos serão arquivados pela Emissora, às suas expensas, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Brasília, Estado do Distrito Federal, e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (“Cartórios de RTD Garantia Real”), em até 2 (dois) Dias Úteis contados da sua celebração. Em até 2 (dois) Dias Úteis contados do referido registro, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original do Contrato de Cessão Fiduciária ou do respectivo aditamento, conforme aplicável, devidamente registrado nos Cartórios de RTD Garantia Real.



CLÁUSULA III
CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

3.1.1. A Emissão objeto da presente Escritura constitui a 1ª (Primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.2. Valor Total da Emissão

3.2.1. O valor total da Emissão é de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na Data de Emissão, sendo o montante de R\$ 147.000.000,00 (cento e quarenta e sete milhões de reais) referente às Debêntures da Primeira Série; e o montante de R\$ 153.000.000,00 (cento e cinquenta e três milhões de reais) referente às Debêntures da Segunda Série.

3.3. Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em duas séries, sendo as debêntures objeto da Oferta Restrita distribuídas no âmbito da primeira série doravante denominadas "Debêntures da Primeira Série" e as debêntures objeto da Oferta Restrita distribuídas no âmbito da segunda série doravante denominadas "Debêntures da Segunda Série", e as Debêntures da Primeira Série, conjuntamente com as Debêntures da Segunda Série, doravante denominadas "Debêntures".

3.4. Destinação dos Recursos

3.4.1. Os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados à implantação da Usina Hidrelétrica Sinop, localizada no rio Teles Pires, nos municípios de Itaúba e Cláudia, Estado do Mato Grosso, conforme Leilão A-5, de 29 de agosto de 2013 ("Projeto") e/ou liquidação ou resgate de dívidas existentes, cujos recursos foram destinados à implantação do Projeto.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação da totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores"), incluindo a instituição intermediária líder, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória e Real, em Duas Séries, da 1ª (Primeira) Emissão da Companhia Energética Sinop S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição"). O plano de distribuição

seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados.

3.5.2. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.3. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.5.4. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

3.5.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.5.6. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

3.5.7. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando, entre outras, estarem cientes de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura; e (iii) efetuaram sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade da Fiança.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1. A instituição prestadora dos serviços de banco liquidante das Debêntures será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Torre Olavo Setúbal, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante").

3.6.2. A instituição prestadora dos serviços de escrituração das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida



Ver CI-PCJ- N°

165 / 15



Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário").

3.6.3. As definições constantes desta Cláusula incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e/ou o Escriturador Mandatário, conforme aplicável, na prestação dos serviços previstos nos itens 3.6.1 e 3.6.2 acima.

3.6.4. O Escriturador Mandatário será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures, entre outras atribuições descritas no Manual de Normas da CETIP.

3.7. Objeto Social da Emissora

3.7.1. De acordo com o Estatuto Social da Emissora atualmente em vigor, o objeto social da Emissora compreende, única e exclusivamente, a construção, implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Emissora.

3.8. Garantia Fidejussória

3.8.1. Para assegurar o fiel, integral e pontual pagamento do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, incluindo o respectivo Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios e os Encargos Moratórios, conforme aplicável, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais incorridas pelo Agente Fiduciário na execução desta Escritura e das Fianças ("Obrigações Garantidas"), até a ocorrência da formalização de fiança pela Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. ("Norte Fluminense"), as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série contarão com garantia fidejussória, correspondente a 49% (quarenta e nove por cento), representada por fiança a ser prestada pela CHESF e pela ELETRONORTE, na proporção de 24,5% (vinte e quatro e cinco décimos por cento) para cada uma das Fiadoras (em conjunto "Fianças" e quando referidas individualmente, "Fiança"). Após a ocorrência e em virtude da formalização de fiança pela Norte Fluminense, conforme descrito nesta Escritura, bem como a celebração de instrumento de aditamento à presente Escritura de Debêntures, as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série contarão com garantia fidejussória representada por fiança a ser prestada pela Norte Fluminense, pela CHESF e pela ELETRONORTE, respectivamente, na proporção de 51% (cinquenta e um por cento), 24,5% (vinte e quatro vírgula cinco por cento) e 24,5% (vinte e quatro vírgula cinco por cento) do valor devido em razão das Obrigações Garantidas, na qualidade de devedoras não solidárias e principais pagadoras, juntamente com a Emissora, assumindo as obrigações previstas nesta Cláusula 3.8, no limite de participação de cada empresa na Emissora. As obrigações previstas nesta Cláusula 3.8 são assumidas, por cada Fiadora, com observância ao limite de participação acionária de cada uma na Emissora.

3.8.2. Todo e qualquer pagamento realizado pelas Fiadoras em relação às Fianças será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza,



INSCRIÇÃO Nº

165 / 15



encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais.

3.8.3. As Fiadoras, por si e seus respectivos sucessores a qualquer título, se obrigam por este instrumento e na melhor forma de direito, de forma irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, na qualidade de devedoras solidárias com a Emissora (mas não entre si) e principais pagadoras de todas as Obrigações Garantidas, até o seu integral pagamento, com renúncia expressa aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), observado que cada Fiadora responderá exclusivamente pela respectiva Fiança, não sendo as Fiadoras solidárias entre si com relação às Fianças das demais Fiadoras.

3.8.4. Fica desde já certo e ajustado que a não observância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer valores devidos aos Debenturistas não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

3.8.5. As Obrigações Garantidas serão pagas pelas Fiadoras, na proporção estabelecida na Cláusula 3.8.1. acima, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contado do recebimento da comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário às Fiadoras, com cópia para a Emissora, informando a falta de pagamento, na data do respectivo vencimento, de qualquer Obrigação Garantida. Os pagamentos serão realizados pelas Fiadoras de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha ou possa ter ou exercer em relação às suas obrigações assumidas nos termos das Debêntures e desta Escritura.

3.8.6. O pagamento referido na Cláusula 3.8.5 acima deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

3.8.7. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação das Obrigações Garantidas.

3.8.8. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelas Fiadoras com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

3.8.9. As Fiadoras sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, as Fianças ora constituídas, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada por cada Fiadora, sendo certo que cada Fiadora somente poderá realizar a cobrança de qualquer valor que lhe seja devido pela Emissora após o pagamento integral das Obrigações Garantidas.

3.8.10. A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida e eficaz em todos os seus termos até o completo, efetivo e irrevogável pagamento de todas as Obrigações Garantidas, inclusive se



165 / 15

Ver CI-PCJ-Nº



houver a ocorrência de atos ou omissões que possam afetar as Obrigações Garantidas, incluindo: (a) qualquer extensão de prazo ou alteração dos termos e condições das Debêntures acordado entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou pedido de falência.

3.8.11. As Partes desde já reconhecem que a Fiança é prestada por prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, tendo como data de vencimento a data do pagamento integral do valor total das Obrigações Garantidas.

3.8.12. Em virtude da Fiança prestada pelas Fiadoras em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura será levada a registro pela Emissora, às suas expensas, nos Cartórios de RTD Fiança, nos termos da Cláusula 2.5 acima.

3.8.13. Os Debenturistas, ao subscreverem as Debêntures, desde já estarão cientes e concordarão com a formalização da fiança pela Norte Fluminense nos termos desta Cláusula 3.8, sem qualquer necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas.

3.9. Garantia Real

3.9.1. Como garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas (observado o disposto nas Cláusulas abaixo e no Contrato de Cessão Fiduciária), a Emissora e o Agente Fiduciário celebrarão o "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão Fiduciária"), pelo qual a Emissora cederá e transferirá, em caráter fiduciário, ao Agente Fiduciário, em benefício dos Debenturistas, os direitos creditórios de sua titularidade relativos aos valores decorrentes da colocação das Debêntures da Segunda Série ("Direitos Creditórios"), os quais serão depositados em uma conta bancária, não movimentável pela Emissora, mantida junto ao Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco" e "Conta Vinculada", respectivamente), recursos estes que deverão ser aplicados em investimentos permitidos conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária ("Direitos Cedidos" e "Cessão Fiduciária" ou "Garantia Real", respectivamente).

3.9.2. O Contrato de Cessão Fiduciária e seus eventuais aditamentos serão levados a registro pela Emissora nos competentes Cartórios de RTD Garantia Real, conforme previsto no artigo 130 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 e alterações posteriores. A Emissora entregará 1 (uma) via registrada do Contrato de Cessão Fiduciária ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis, contados da data da efetiva realização do referido registro.

3.9.3. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro do Contrato de Cessão Fiduciária nos Cartórios de RTD Garantia Real serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.



Ver CI-PCJ-Nº 165 / 15



3.9.4. No Contrato de Cessão Fiduciária, incluindo seus anexos, a Emissora e o Agente Fiduciário descreverão, os procedimentos e obrigações da Emissora, do Agente Fiduciário e do Banco relacionadas à movimentação da Conta Vinculada.

3.9.5. Conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, os Direitos Creditórios serão diretamente depositados na Conta Vinculada pelos Coordenadores. A totalidade dos Direitos Creditórios ficará depositada na Conta Vinculada, e tanto Direitos Creditórios como os Direitos Cedidos ficarão sujeitos à Cessão Fiduciária até que seja formalizada a fiança a ser prestada pela Norte Fluminense através da assinatura de aditamento à presente Escritura e do registro de tal aditamento na JCDF nos termos da Cláusula 2.3. acima. Uma vez formalizada a fiança a ser prestada pela Norte Fluminense nos termos aqui descritos e conforme descrito no Contrato de Cessão Fiduciária, a Cessão Fiduciária será automaticamente extinta e os Direitos Cedidos serão liberados em favor da Emissora para utilização em conformidade com a Cláusula 3.4 desta Escritura.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins de direito e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 20 de março de 2015 ("Data de Emissão").

4.1.2. **Convertibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirográfica, com garantia adicional fidejussória e real.

4.1.4. **Tipo e Forma:** As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures de ambas as séries terão prazo de vencimento de 12 (doze) meses a contar da Data de Emissão, com vencimento final previsto para 20 de março de 2016 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures resultante do Resgate Antecipado Obrigatório, nos termos da Cláusula VI desta Escritura, ou do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula VII desta Escritura. Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao resgate das Debêntures que ainda estiverem em circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização até a Data de Vencimento.



Ver CI-PCJ- N°

165 / 15



4.1.6. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.7. **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas, ao total, 30.000 (trinta mil) Debêntures, sendo 14.700 (catorze mil e setecentas) Debêntures da Primeira Série e 15.300 (quinze mil e trezentas) Debêntures da Segunda Série.

4.2. Remuneração

4.2.1 **Atualização Monetária das Debêntures:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures de ambas as séries não será atualizado monetariamente.

4.2.2 **Juros Remuneratórios:** sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de ambas as séries, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extragrupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Juros Remuneratórios" e "Taxa DI-Over", respectivamente), acrescida exponencialmente de um *spread* ou sobretaxa, ao ano, equivalente a 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento), base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Acréscimo sobre a Taxa DI"), *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização (inclusive) até a Data de Vencimento (exclusive) ou até a data do efetivo pagamento das Debêntures resultante do Resgate Antecipado Obrigatório, nos termos da Cláusula VI desta Escritura, da Amortização Parcial Obrigatória Extraordinária, nos termos da Cláusula VI desta Escritura, ou do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula VII desta Escritura.

4.2.2.1. Os Juros Remuneratórios serão calculados pela seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI \times FatorSpread - 1)$$

onde:

J valor unitário dos Juros Remuneratórios devidos na Data de Vencimento, ou na data em ocorrer o efetivo pagamento, em caso de Resgate Antecipado Obrigatório ou Amortização Parcial Obrigatória Extraordinária, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;



Ver Q-PC-I-Nº 165 / 15



FatorDI produtório das Taxas DI Over, da Primeira Data de Integralização (inclusive), até a data de cálculo (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

k número de ordem das Taxas DI Over, variando de 1 até n ;

n número total de Taxas DI Over consideradas desde a Primeira Data de Integralização (inclusive), até a data de cálculo (exclusive), sendo " n " um número inteiro;

TDI_k Taxa DI Over, de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma;

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k Taxa DI Over, de ordem k , divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread 1,2000

DP número de Dias Úteis entre a Primeira Data de Integralização e a data de cálculo, sendo " DP " um número inteiro;



[Handwritten signature]

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

4.2.3. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura, não houver divulgação da Taxa DI Over pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI Over divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI Over que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI Over for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, ou caso seja extinta, ou haja a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI Over a quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 4.2.3.1 a 4.2.3.3 abaixo.

4.2.3.1. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures, ou determinação judicial, aplicar-se-á no lugar da Taxa DI Over, automaticamente, a taxa que venha a substituí-la legalmente. Caso não haja uma taxa substituta legal para a Taxa DI Over, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do fim do prazo de 10 (dez) dias indicado nesta Cláusula 4.2.3.1, convocar Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo entre os Debenturistas e a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios que serão aplicados, observado o disposto na Cláusula 4.2.3.2 e 4.2.3.3 abaixo.

4.2.3.2. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série ou os Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da respectiva série, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo



seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Primeira Data de Integralização. Nesta alternativa, para cálculo dos Juros Remuneratórios com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDI a última Taxa DI Over divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas nesta Escritura para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios.

4.2.3.3. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI Over venha a ser divulgada antes da realização das respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas, esta não será mais realizada e a Taxa DI Over então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios.

4.2.4. Para fins da presente Escritura, a expressão "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados declarados nacionais.

4.3. Periodicidade de Amortização

4.3.1. O Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de ambas as séries será amortizado em uma única parcela na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures resultante do Resgate Antecipado Obrigatório, nos termos da Cláusula VI desta Escritura, ou do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula VII desta Escritura.

4.4. Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios

4.4.1. Os valores relativos aos Juros Remuneratórios das Debêntures de ambas as séries deverão ser pagos em uma única parcela na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures resultante do Resgate Antecipado Obrigatório, nos termos da Cláusula VI desta Escritura, ou do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula VII desta Escritura.

4.5. Local de Pagamento

4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriurador Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1. Caso uma determinada data de vencimento coincida com dia em que não seja Dia Útil, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura por quaisquer das Partes (inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço

de subscrição das Debêntures), até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.

4.7. Encargos Moratórios

4.7.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios e do disposto na Cláusula VII desta Escritura, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, o valor em atraso ficará sujeito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago; além das despesas incorridas para cobrança.

4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Juros Remuneratórios e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.9. Preço de Subscrição

4.9.1. As Debêntures de ambas as séries serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário. Qualquer subscrição e integralização após a primeira data de integralização ("Primeira Data de Integralização") deverá ser realizada pelo Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva integralização, de acordo com o disposto na Cláusula 4.2.2 desta Escritura ("Preço de Subscrição das Debêntures").

4.10. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

4.10.1. A integralização das Debêntures será realizada à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição das Debêntures, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP, sendo que as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série serão subscritas e integralizadas na mesma data.

4.11. Repactuação

4.11.1. Não haverá repactuação das Debêntures.



4.12. Publicidade

4.12.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos no Correio Brasiliense, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – Internet www.uhesinop.com.br (“Avisos aos Debenturistas”), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, a Emissora deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário e à CETIP informando o novo veículo.

4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.13.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome de cada Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

4.14. Liquidez e Estabilização

4.14.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.15. Imunidade de Debenturistas

4.15.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Emissora, com cópia ao Escriturador Mandatário e Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.15.1.1. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.15.1 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, à Emissora, com cópia ao Escriturador Mandatário e Banco Liquidante, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pela Emissora, pelo Escriturador Mandatário e/ou pelo Banco Liquidante.

4.15.1.2. Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 4.15.1 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora, ao Escriturador Mandatário e/ou ao Banco Liquidante depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora, o Escriturador Mandatário e/ou o Banco Liquidante por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

4.16. Fundo de Amortização

4.16.1. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

4.17. Classificação de Risco

4.17.1. Foi contratada como agência de classificação de risco da Oferta Restrita a Fitch Ratings ("Agência de Classificação de Risco"), que atribuirá *rating* às Debêntures.

CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA

5.1. Celebração de Aditamentos à Escritura e Arquivamento na JCDF

5.1.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser celebrados pela Emissora, pelas Fiadoras e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados na JCDF e nos competentes Cartórios de RTD Fiança no prazo estabelecido na Cláusula 2.5 acima. Uma via do aditamento deverá ser encaminhada à CETIP, conforme aplicável.

CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO OBRIGATÓRIO AMORTIZAÇÃO PARCIAL OBRIGATÓRIA EXTRAORDINÁRIA E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. Resgate Antecipado Obrigatório

6.1.1. Caso, durante a vigência das Debêntures, seja contratado pela Emissora financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("Financiamento BNDES"), em montante equivalente a, no mínimo, o saldo devedor das Debêntures, no momento de sua celebração, a Emissora desde já se obriga a, utilizar integralmente os recursos oriundos do Financiamento BNDES para efetuar o resgate antecipado obrigatório das Debêntures em Circulação, com o consequente cancelamento das Debêntures ("Resgate Antecipado Obrigatório").



Var CI-PCJ- Nº 165 / 15



6.1.2. Não será admiúdo Resgate Antecipado Obrigatório parcial das Debêntures. Não obstante, as Debêntures poderão ser objeto de Amortização Parcial Obrigatória Extraordinária nos termos da Cláusula 6.2 abaixo.

6.1.3. O Resgate Antecipado Obrigatório ocorrerá mediante comunicação dirigida aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário ("Comunicação de Resgate Antecipado"), com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Obrigatório ("Data do Resgate Antecipado"). A Comunicação de Resgate Antecipado poderá ocorrer, a critério da Emissora, por meio de correspondência direta aos Debenturistas ou publicação dirigida aos Debenturistas a ser divulgada nos termos da Cláusula 4.12.1 desta Escritura.

6.1.4. Por ocasião do Resgate Antecipado Obrigatório, os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização até a Data do Resgate Antecipado, sendo certo que não haverá incidência de qualquer prêmio, observado que o pagamento dos valores devidos pela Emissora aos Debenturistas, em decorrência do Resgate Antecipado Obrigatório deverá ser realizado até o Dia Útil imediatamente subsequente à data de desembolso do Financiamento BNDES.

6.1.4.1 Na Comunicação de Resgate Antecipado Obrigatório deverá constar: (a) a Data do Resgate Antecipado Obrigatório; e (b) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Obrigatório.

6.1.4.2 As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Obrigatório serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

6.1.5 Caso ocorra o Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o respectivo Resgate Antecipado Obrigatório também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

6.1.6 Todos os custos decorrentes do Resgate Antecipado Obrigatório estabelecido nesta Cláusula 6.1 serão integralmente arcados pela Emissora.

6.2. Amortização Parcial Obrigatória Extraordinária

6.2.1. Caso, durante a vigência das Debêntures, seja contratado, pela Emissora, Financiamento BNDES, cujo desembolso seja em montante inferior ao saldo devedor das Debêntures, no momento de sua celebração, a Emissora desde já se obriga a, utilizar integralmente os recursos oriundos do desembolso relativo ao Financiamento BNDES para efetuar a amortização parcial obrigatória extraordinária das Debêntures em Circulação ("Amortização Parcial Obrigatória Extraordinária").

6.2.2. A Amortização Parcial Obrigatória Extraordinária é limitada a 95% (noventa e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário, que deverá abranger, todas as Debêntures em Circulação e ocorrerá mediante comunicação dirigida aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário ("Comunicação de Amortização Parcial"), com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para realização da efetiva Amortização Parcial Obrigatória Extraordinária ("Data da Amortização Parcial"). A Comunicação de Amortização Parcial poderá ocorrer, a critério da Emissora, por meio de correspondência direta aos Debenturistas ou publicação dirigida aos Debenturistas a ser divulgada nos termos da Cláusula 4.12.1 desta Escritura.

6.2.3. Por ocasião da Amortização Parcial Obrigatória Extraordinária, os Debenturistas farão jus ao pagamento de parcela do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização até a Data da Amortização Parcial, sendo certo que não haverá incidência de qualquer prêmio.

6.2.3.1. Na Comunicação de Amortização Parcial deverá constar: (a) a Data da Amortização Parcial; (b) a parcela do saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Parcial Obrigatória Extraordinária.

6.2.4. Caso ocorra a Amortização Parcial Obrigatória Extraordinária das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, a respectiva Amortização Parcial Obrigatória Extraordinária também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

6.2.5. Todos os custos decorrentes da Amortização Parcial Obrigatória Extraordinária estabelecida nos termos desta Cláusula 6.2 serão integralmente arcados pela Emissora.

6.3. Aquisição Facultativa

6.3.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM 476 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir Debêntures em Circulação, as quais poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora.

6.3.2. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos da Cláusula 6.2.1 acima, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos juros remuneratórios das demais Debêntures em Circulação da respectiva série.

CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Observado o disposto nesta Cláusula VII, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente, vencidas, independentemente do recebimento de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações relativas às Debêntures de ambas as séries e exigir o imediato pagamento pela Emissora, mediante o envio de simples comunicação por escrito contendo as respectivas instruções para pagamento, do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização, até a data do seu efetivo pagamento, e demais encargos devidos nos termos desta Escritura, ao tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (cada um desses eventos, um "Evento de Inadimplemento"):

- (a) pedido de recuperação extrajudicial ou judicial da (i) Emissora e/ou de quaisquer de suas respectivas controladas, diretas ou indiretas ("Controladas da Emissora"), e/ou (ii) das Fiadoras, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do plano respectivo e independentemente de deferimento pelo juízo competente, ou submissão a qualquer credor de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial.
- (b) extinção, liquidação, insolvência, dissolução, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal, ou decretação de falência da Emissora e/ou das Fiadoras e/ou das Controladas da Emissora;
- (c) não pagamento, na respectiva data de pagamento prevista nesta Escritura, de qualquer obrigação pecuniária devida aos titulares das Debêntures, independente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial;
- (d) descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária assumida nesta Escritura, no Contrato de Cessão Fiduciária e nos demais documentos da Oferta Restrita, observado os respectivos prazos acordados em referidos instrumentos;
- (e) cisão, incorporação (incluindo incorporação de sociedades ou de ações) ou fusão da Emissora, e/ou das Fiadoras e/ou venda de participações societárias e/ou realização de qualquer outra forma de reorganização societária que resulte em mudança ou transferência de controle acionário direto ou indireto da Emissora e/ou das Controladas da Emissora, exceto pela (i) efetiva aquisição, pela Norte Fluminense, de ações representativas do capital social da Emissora correspondendo a 51% (cinquenta e um por cento) de participação acionária no capital social da Emissora ("Aquisição Norte Fluminense"); ou (ii) se previamente aprovada por titulares das Debêntures representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação de ambas as séries;

(f) transferência do controle acionário direto ou indireto da Emissora, das Fiadoras e/ou das Controladas da Emissora, exceto (i) pela Aquisição Norte Fluminense; ou (ii) se previamente aprovada por titulares das Debêntures representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação de ambas as séries;

(g) protestos de títulos contra a Emissora e/ou Controladas da Emissora, salvo se (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora ou (ii) se for cancelado ou sustado, em qualquer hipótese, dentro de 5 (cinco) Dias Úteis;

(h) não pagamento, na respectiva data de vencimento, de quaisquer obrigações pecuniárias, decorrentes de operações de captação de recursos realizadas nos mercados financeiro ou de capitais local ou internacional (i) em qualquer valor se assumidas pela Emissora e Controladas da Emissora, seja como devedora principal ou como garantidora; ou (ii) em valor individual ou agregado equivalente a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) se assumidas pelas Fiadoras, seja como devedora principal ou como garantidora;

(i) declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias decorrentes de operações de captação de recursos realizadas nos mercados financeiro ou de capitais local ou internacional (i) em qualquer valor se assumidas pela Emissora e Controladas da Emissora, seja como devedora principal ou como garantidora; ou (ii) em valor individual ou agregado equivalente a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) se assumidas pelas Fiadoras, seja como devedora principal ou como garantidora;

(j) descumprimento, pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou Controladas da Emissora, de qualquer decisão administrativa, arbitral, mandado de penhora ou processo semelhante ou sentença judicial transitada em julgado, no prazo de pagamento estipulado na respectiva decisão;

(k) sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidade, nulidade ou inexecutibilidade de qualquer documento referente à Emissão;

(l) redução de capital social, sem observância do disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, e/ou alteração do estatuto social da Emissora que implique a concessão de direito de retirada aos acionistas da Emissora;

(m) pagamento pela Emissora de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura;

- (n) transformação do tipo societário da Emissora ou das Fiadoras, de sociedade anônima para sociedade limitada (ou qualquer outro tipo de sociedade), nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações;
- (o) alteração do objeto social da Emissora e/ou das Fiadoras;
- (p) caso as declarações feitas pela Emissora e/ou pelas Fiadoras nesta Escritura, no Contrato de Cessão Fiduciária, ou em qualquer outro documento da Oferta Restrita provem-se ou revelem-se falsas, incorretas, inconsistentes e/ou insuficientes;
- (q) não renovação, cancelamento ou revogação das autorizações, alvarás e licenças, necessárias para o regular exercício das atividades pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, incluindo as licenças vinculadas aos investimentos no Projeto, exceto questões pontuais relacionadas a uma ou mais unidades da Emissora e/ou das Fiadoras que não afetem materialmente suas atividades;
- (r) suspensão das autorizações, alvarás e licenças, necessárias para o regular exercício das atividades pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, incluindo as licenças vinculadas aos investimentos no Projeto, exceto se referida suspensão: (i) for revertida pela Emissora e/ou pelas Fiadoras (conforme o caso) em até 30 (trinta) dias contados da data de suspensão da autorização, alvará e/ou licença em questão; ou (ii) não ultrapassar 60 (sessenta) dias contados a partir da data de suspensão da autorização, alvará e/ou licença em questão, o que for menor.
- (s) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, das propriedades e/ou das ações do capital social da Emissora e/ou das Fiadoras;
- (t) ocorrência de eventos que possam afetar a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora e/ou das Fiadoras;
- (u) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora, das obrigações a serem assumidas nesta Escritura ou no Contrato de Cessão Fiduciária;
- (v) alienação, prestação de garantias a terceiros ou constituição de qualquer espécie de ônus ou gravame sobre quaisquer dos bens ou direitos da Emissora e/ou das Fiadoras, exceto se realizada (i) para a prestação de garantias em processos judiciais e administrativos, ou (ii) no curso normal dos negócios da Emissora ou para fins da presente Emissão, sendo certo que, em qualquer das hipóteses autorizadas nos termos desta alínea, alienação ou oneração em questão não deve comprometer o adimplemento das obrigações da Emissora e/ou das Fiadoras assumidas perante os titulares de Debêntures nos termos desta Escritura;

(w) subordinação da dívida representada pelas Debêntures a qualquer outra nova dívida contratada pela Emissora, exceto preferência que decorra de determinação legal;

(x) ocorrência de arresto, sequestro ou penhora sobre os bens da Emissora e/ou das Fiadoras, desde que afete negativamente a capacidade da Emissora e/ou das Fiadoras de cumprir com suas respectivas obrigações pecuniárias, nos termos desta Escritura;

(y) aplicação dos recursos oriundos da Oferta Restrita em destinação diversa da definida nesta Escritura;

(z) caso a Emissora não envie, ao Agente Fiduciário, a comprovação de enquadramento de financiamento do Projeto junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no prazo de até 90 (noventa) dias após a Data da Emissão;

(aa) ocorrência de alteração substancial e adversa nas condições econômicas, financeiras ou operacionais da Companhia e/ou das Fiadoras que, a critério de titulares das Debêntures representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação de ambas as séries, causem impacto relevante sobre as atividades da Emissora e/ou das Fiadoras;

(bb) caso, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da Data de Emissão, não seja formalizada a prestação de fiança por parte da Norte Fluminense para assegurar o fiel, integral e pontual pagamento do valor devido em razão das Obrigações Garantidas na qualidade de devedora solidária e principal pagadora com a Emissora, na proporção de 51% (cinquenta e um por cento) do valor devido em razão das Obrigações Garantidas nos exatos termos previstos na Cláusula 3.8 desta Escritura, situação em que as Fiadoras passarão, cada uma, a prestar a Fiança na proporção de 24,5% (vinte e quatro vírgula cinco por cento) do valor devido em razão das Obrigações Garantidas; e

(cc) se a garantia objeto da Cessão Fiduciária deixar de existir, perecer ou sofrer depreciação de valor e desfalcar a garantia ou se o Contrato de Cessão Fiduciária for rescindido ou extinto de qualquer forma.

7.1.1. A ocorrência dos Eventos de Inadimplemento descritos nas alíneas (a), (b), (c), (e), (f), (h), (i), (k), (l), (m), (n), (q), (r), (u), (v), (y), (bb) e (cc) da Cláusula 7.1 acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.1.3 abaixo.

7.1.2. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento, exceção feita aos indicados nas alíneas (a), (b), (c), (e), (f), (h), (i), (k), (l), (m), (n), (q), (r), (u), (v), (y), (bb) e (cc) da Cláusula 7.1 acima, o Agente Fiduciário deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência

do referido evento, convocar Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e não declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X e o quorum específico estabelecido na Cláusula 7.1.2.1 abaixo.

7.1.2.1. As Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série e as Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série a que se refere a Cláusula 7.1.2 acima somente poderão determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série por deliberação de Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, detentores de, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou Debêntures da Segunda Série em Circulação.

7.1.2.2. Não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e/ou a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme disposto na Cláusula 7.1.2 supra, ou não havendo: (a) sua convocação; (b) deliberação na data originalmente estabelecida para sua realização; ou (b) quórum em segunda convocação, em qualquer caso decorrente de ato ou fato não imputável ao Agente Fiduciário, este deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.1.3 abaixo.

7.1.3. Observado o disposto nesta Cláusula VII, em caso de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, com o seu consequente cancelamento, mediante o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização, e dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura.

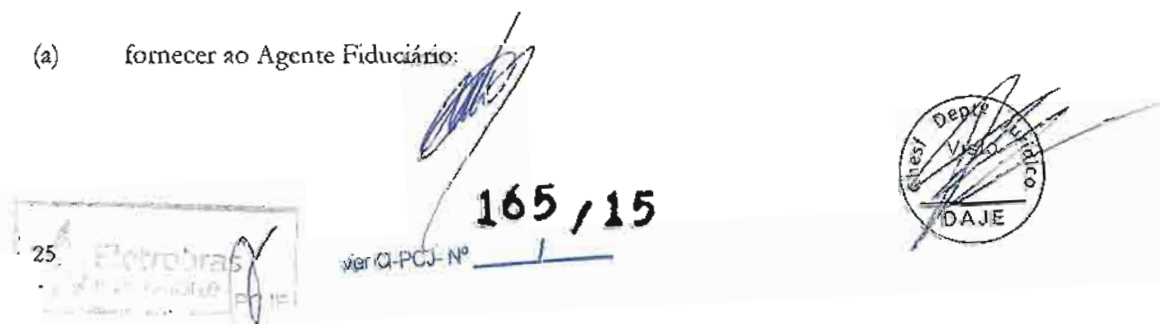
7.1.4. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar notificação à CETIP informando sobre o vencimento antecipado das Debêntures.

CLÁUSULA VIII

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS FIADORAS

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora e as cada uma das Fiadoras, conforme aplicável, obriga-se, ainda, a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:



- (a.1) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro: (i) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas, relativas ao exercício social então encerrado, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora e/ou às Fiadoras, ou aos membros de sua administração, e respectivas respostas, relativas a essas demonstrações financeiras, ao sistema de contabilidade, à gestão ou às contas da Emissora e/ou das Fiadoras; e (ii) declaração assinada pelo(s) diretor(es) estatutário da Emissora atestando (1) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura; (2) a não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula VII e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; e (3) que não foram praticados atos em desacordo com o Estatuto Social;
- (a.2) os Avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias que de alguma forma envolvam interesses dos Debenturistas em até 2 (dois) dias da data em que forem realizados;
- (a.3) em até 5 (cinco) dias contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante com relação às Debêntures que lhe venha a ser solicitada, de maneira razoável, por escrito, pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (a.4) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora e/ou pelas Fiadoras relativa a um Evento de Inadimplemento ou a esta Escritura, imediatamente após o seu recebimento;
- (a.5) em até 2 (dois) Dias Úteis, informações sobre o descumprimento de qualquer cláusula, termos ou condições desta Escritura, sem prejuízo do disposto na alínea "i" abaixo;
- (a.6) todos os atos societários, dados financeiros e o organograma do grupo societário da Emissora, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, todas as informações que venham a ser solicitadas pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório de que trata a mencionado na alínea "i" da Cláusula 9.5.1 abaixo, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos anteriores ao encerramento do prazo previsto na alínea "i" da Cláusula 9.5.1 abaixo; e

- (a.7) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da respectiva data de vencimento; e
- (a.8) no prazo estabelecido na Cláusula 2.5 acima, uma via original desta Escritura e de seus eventuais aditamentos devidamente arquivados;
- (a.9) o comprovante da contratação do Financiamento BNDES, conforme aplicável, no Dia Útil imediatamente subsequente à respectiva celebração dos respectivos instrumentos;
- (b) preparar e proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, inclusive no que diz respeito às decisões tomadas pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, conforme aplicável, com relação aos seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora ou das Fiadoras, conforme aplicável) tenham acesso irrestrito, desde que a respectiva solicitação seja acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de tal acesso: (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora e às Fiadoras, conforme aplicável, referente às suas demonstrações financeiras; e (ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora e das Fiadoras, conforme aplicável, quando deliberado pela Assembleia Geral de Debenturistas;
- (d) convocar, nos termos da Cláusula X desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazê-lo, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- (e) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da regulamentação aplicável, conforme aplicável e cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas pela CVM;
- (f) não alterar seus principais ramos de negócio conforme previsto em seu Estatuto Social, não realizar operações fora de seu objeto social e não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;

- (g) obter, observar os termos de, e praticar todos os atos necessários para manter em pleno vigor todas as autorizações, aprovações, licenças e consentimentos exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, e/ou as Controladas da Emissora, e necessárias para permitir o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas nesta Escritura, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações;
- (h) aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito na Cláusula 3.4 acima;
- (i) cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (j) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (k) tomar todas as medidas necessárias para:
- (k.1) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, licenças (inclusive licenças ambientais), alvarás e ativos necessários para a condução dos seus negócios, dentro do respectivo objeto social e das práticas comerciais usuais;
- (k.2) manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios, excetuando-se o desgaste normal desses bens;
- (k.3) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações, inclusive, mas sem limitação, as de natureza fiscal, trabalhista e comercial;
- (k.4) manter os bens necessários para a condução de suas atividades principais adequadamente segurados por seguradoras de primeira linha, conforme práticas correntes em seu setor de atuação; e
- (k.5) estender as medidas elencadas nos subitens "k.1" a "k.4" acima para as Controladas da Emissora.
- (l) contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo: (i) o Agente Fiduciário; (ii) o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário; (iii) a Agência de Classificação de Risco; e (iv) a CETIP, e manter as Debêntures registradas para

negociação na CETIP durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;

- (m) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures na CETIP;
- (n) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura;
- (o) informar à CETIP o valor e a data de pagamento de toda e qualquer remuneração referente às Debêntures;
- (p) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável;
- (q) comunicar, em até 01 (um) Dia Útil, à CVM e ao Agente Fiduciário qualquer inadimplência no cumprimento das obrigações contraídas perante os Debenturistas nos termos desta Escritura, bem como a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, nos termos desta Escritura;
- (r) fornecer, em até 01 (um) Dia Útil, ao Agente Fiduciário, aos Coordenadores, à CVM, à ANBIMA ou à CETIP quaisquer informações solicitadas respectivamente por cada um;
- (s) não ceder, transferir ou de qualquer forma alienar quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures sem a prévia e expressa aprovação da totalidade dos titulares dos Debenturistas;
- (t) apresentar, por meio da declaração prestada nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 476, declarações e informações verdadeiras, completas e corretas, comprometendo-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário, por escrito, caso qualquer das declarações aqui previstas e/ou as informações fornecidas pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, se tornarem imprecisas, incompletas ou não corresponderem mais à realidade;
- (u) não realizar qualquer outra emissão de debêntures dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do envio da comunicação de encerramento à CVM, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (x) cumprir com todas as obrigações previstas na Instrução CVM 476, em especial as estabelecidas em seu artigo 17, e demais normativos aplicáveis à Emissão, ou seja:

- (x.1) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (x.2) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- (x.3) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de três meses contados do encerramento do exercício social;
- (x.4) manter os documentos mencionados no subitem "x.3" acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de três anos;
- (x.5) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (x.6) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder; e
- (x.7) fornecer as informações solicitadas pela CVM.
- (z) a Emissora, neste ato, declara que respeita a legislação ambiental e que a utilização dos valores obtidos por meio das Debêntures no Projeto não implicarão em violação da legislação ambiental e seus dispositivos. A Emissora informará, por escrito, aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, a ocorrência de qualquer irregularidade ou evento relacionado ao Projeto que possa levar os órgãos competentes a considerar descumprida qualquer norma de proteção ambiental ou devida obrigação de indenizar qualquer dano ambiental. A Emissora ressarcirá os Debenturistas por qualquer quantia que estes sejam compelidos a pagar por conta de dano ambiental que, de qualquer forma, a autoridade entenda estar relacionado ao Projeto, assim como indenizará os Debenturistas por qualquer perda ou dano que venha a incorrer em decorrência de dano ambiental relacionado ao Projeto.
- (aa) sem prejuízo das demais obrigações ambientais a que está sujeita a Emissora, por força de lei ou em decorrência de outros contratos assinados, a Emissora obriga-se a cumprir com todas as obrigações estabelecidas pelos Princípios do Equador, conjunto de políticas sócio-ambientais do Banco Mundial para concessão de empréstimos, que estão disponíveis no site (www.equator-principles.com), que a Emissora declara ter tomado conhecimento de todo o conteúdo, bem como aceitá-las como parte integrante e inseparável desta Escritura, para todos os fins e efeitos jurídicos e se compromete durante a vigência das Debêntures a:

- a. cumprir com todas as leis, regulamentos e licenças socioambientais do País, aplicáveis ao Projeto;
 - b. obedecer à aplicação do Plano Básico Ambiental durante a construção e operação do Projeto;
 - c. cumprir com o Plano de Ação decorrente da Análise Socioambiental e demais que vierem a ser confeccionados, durante a construção e operação do Projeto;
 - d. prover relatórios com periodicidade semestral, em conformidade com os Princípios do Equador ("Relatório de Avaliação Socioambiental"), que evidenciem a conformidade com a legislação nacional e com os Planos de Ação concernentes às práticas sócio-ambientais do empreendimento;
 - e. contratar, às expensas da Emissora, empresa especializada, aprovada pelos Debenturistas, para execução de trabalho de consultoria externa socioambiental, na abordagem dos Princípios do Equador, para elaboração de relatórios socioambientais, juntamente com o Plano de Ação, caso exista algum princípio não cumprido pela Emissora;
 - f. informar os Debenturistas, no prazo de até 15 (quinze) dias, qualquer fato que possa implicar na alteração das questões ambientais, sociais, saúde e segurança no trabalho; e
 - g. tomar todas as providências necessárias à desativação do canteiro de obras, ao final da implantação do Projeto, observando todos os cuidados para proteger a saúde e a segurança dos trabalhadores, das pessoas em geral e do meio-ambiente.
- (bb) obter todos os documentos (laudos, estudos, relatórios, licenças etc.) previstos nas normas de proteção ambiental relacionadas ao Projeto, atestando o seu cumprimento e mantendo as licenças em pleno vigor e eficácia, bem como a informar os Debenturistas, imediatamente, a existência de manifestação desfavorável de qualquer autoridade. A Emissora entregará aos Debenturistas, assim que solicitada, cópia autenticada de todos os documentos acima mencionados.

8.2. Os Debenturistas, conforme aplicável, poderão, a seu critério, aprovar ou reprová-los relatórios de acompanhamento e os Planos de Ação apresentados, em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada nos termos desta Escritura de Emissão, bem como adotar as medidas que julgar cabíveis no caso de constatar a elevação dos riscos socioambientais, incluindo, exclusivamente aos debenturistas, a solicitação de vencimento antecipado da dívida.



CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

9.2. Declaração

9.2.1. O Agente Fiduciário declara, neste ato, sob as penas da lei:

- (a) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tenha tido conhecimento;
- (b) não ter nenhum impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (c) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (e) não ter nenhuma ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (f) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (g) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (h) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (i) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (j) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;

- (k) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (l) que, com base nas informações obtidas junto à Emissora, identificou que também exerce a função de agente fiduciário na seguinte emissão: 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, da Alupar Investimento S.A., realizada no âmbito de uma oferta privada, em que foram emitidas 300 (trezentas) debêntures, com valor nominal unitário equivalente a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), perfazendo o montante total de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), com data de vencimento prevista para 30 de maio de 2027, sendo que as obrigações assumidas pela Emissora, em referida emissão, são garantidas por fiança prestada pela Guarupart Participações Ltda., nos termos da respectiva escritura de emissão. Até a presente data, não foram identificados eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento.

9.3. Remuneração do Agente Fiduciário

9.3.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação aplicável em vigor e desta Escritura, uma remuneração realizada por meio de uma única parcela de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais) devida até o 5º (quinto) Dia Útil, contado a partir da data da assinatura desta Escritura

9.3.2. A remuneração prevista na Cláusula 9.3.1 acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora, calculada *pro rata die*, se necessário.

9.3.3. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

9.3.4. Caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na Emissão, a parcela referente à remuneração prevista na Cláusula 9.3.1 acima será atualizada pela variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-la, desde a data do pagamento da parcela referida na Cláusula 9.3.1 acima, até as efetivas datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada *pro rata die* se necessário.

9.3.5. A remuneração prevista na Cláusula 9.3.1 acima não inclui as despesas razoáveis com publicações em geral, notificações, transporte, alimentação, extração de certidões, viagens e estadias, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, despesas com *conference call* e contatos telefônicos, necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome e

acompanhadas dos respectivos comprovantes, ou reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, conforme Instrução CVM 28 e Nota Explicativa da CVM nº 27, de 23 de novembro de 1983. Não estão incluídas igualmente despesas razoáveis com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

9.3.5.1. O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas caso não tenham sido previamente aprovadas e realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

9.3.6. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão, sem prejuízo da atualização monetária, sujeitos a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, incidentes sobre o montante devido e não pago, observado que o valor do débito em atraso estará sujeito à atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.3.7. A remuneração prevista na Cláusula 9.3.1 acima será acrescida dos seguintes Impostos: (a) ISS (Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza); (b) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (c) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e (d) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

9.3.8. Os serviços cobertos pela remuneração prevista na Cláusula 9.3.1 acima são aqueles descritos na Instrução CVM 28 e na Lei das Sociedades por Ações.

9.4. Substituição

9.4.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.4.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista nesta Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente.

9.4.2.1. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário.

9.4.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

9.4.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

9.4.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

9.4.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a presente Escritura, que deverá ser arquivado nas Juntas Comerciais.

9.4.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até a data da integral liquidação das Debêntures, conforme aplicável.

9.4.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

9.5. Deveres

9.5.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, baseado nas informações prestadas pela Emissora, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente da veracidade das informações aqui apresentadas;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sem prejuízo da ocorrência de descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de justificativa que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (j) convocar, quando aplicável ao Agente Fiduciário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no jornal Correio Brasiliense, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (k) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

- (l.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
- (l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
- (l.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
- (l.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (l.5) amortização, aquisição facultativa e pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (l.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
- (l.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- (l.8) declaração sobre sua apudão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (l.9) relação dos bens e valores entregues à sua administração; e
- (l.10) existência, no período, de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que o Agente Fiduciário tenha atuado como agente fiduciário, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28;

(m) colocar à disposição o relatório de que trata a alínea "l" acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

(m.1) na sede da Emissora;

(m.2) no seu escritório;

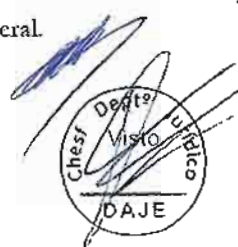


Ver CI-PCJ- Nº 165 / 15



- (m.3) na CVM;
- (m.4) na CETIP; e
- (m.5) na sede do Coordenador Líder;
- (n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea “m” acima;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive a divulgação, a qualquer momento, da posição das Debêntures e seus respectivos Debenturistas;
- (p) acompanhar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (q) sem prejuízo do disposto na Cláusula VII acima, notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;
- (r) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (t) acompanhar, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura; e
- (u) disponibilizar diariamente o valor unitário das Debêntures, a ser calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e do seu *website* (www.pentagonotrustee.com.br).

9.5.2. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações com eles somente serão válidos quando assim previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.



Handwritten signature in blue ink.

9.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre qualquer fato da emissão cuja definição seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir nos termos desta Escritura ou conforme instruções que venham a ser transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, ficando o Agente Fiduciário, portanto, isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação e regulamentação aplicáveis.

9.6. Atribuições Específicas

9.6.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura, nos termos da Cláusula VII desta Escritura;
- (b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza, quando aplicável;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.6.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "d" da Cláusula 9.6.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas para cada série da Emissão, esta assim o autorizar por deliberação da totalidade dos titulares das Debêntures em Circulação da respectiva série, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação da respectiva série presentes à respectiva Assembleia quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "d" da Cláusula 9.6.1 acima.

9.7. Despesas

9.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus

créditos, inclusive honorários advocatícios, honorários de auditores independentes e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura, devendo ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora.

9.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula 9.7 será efetuado em até 10 (dez) Dias Úteis contados da entrega à Emissora de cópia dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas, sendo que as vias originais estarão disponíveis para consulta da Emissora na sede do Agente Fiduciário.

9.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.7.3.1. Caso o inadimplemento da remuneração do Agente Fiduciário não seja sanado pela Emissora em até 30 (trinta) dias contados da data de vencimento das respectivas parcelas de remuneração, a referida remuneração será cobrada diretamente dos Debenturistas, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do envio, pelo Agente Fiduciário, de notificação neste sentido, sendo certo que os valores devidos serão rateados entre os Debenturistas, observada a proporção entre a quantidade de Debêntures detida por cada Debenturista e o total de Debêntures em Circulação.

9.7.4. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA X
ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1. Convocação

10.1.1. Os Debenturistas da Primeira Série e os Debenturistas da Segunda Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral de Debenturistas da respectiva série (respectivamente, "Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série" e "Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série" e, em conjunto, "Assembleia Geral de Debenturistas"), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas da respectiva série. Como regra, a Assembleia Geral de Debenturistas ocorrerá de forma segregada para cada uma das séries. Caso, no entanto, seja convocada uma Assembleia Geral de Debenturistas de ambas as séries, as deliberações serão tomadas de forma separada para cada série da Emissão, de forma que a decisão dos Debenturistas da Primeira Série não vinculará os Debenturistas da Segunda Série e a decisão dos Debenturistas da Segunda Série não vinculará os Debenturistas da Primeira Série. A Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação da respectiva série, ou pela CVM. Para Assembleias Gerais de Debenturistas das quais deverão participar tanto os Debenturistas da Primeira Série quanto os Debenturistas da Segunda Série, nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável, a convocação poderá ser feita por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, sendo certo que as deliberações serão tomadas de forma separada para cada série da Emissão.

10.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, em primeira convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

10.1.4. Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação da respectiva série, independentemente de publicações e/ou avisos. Com relação às Assembleias Gerais de Debenturistas das quais deverão participar tanto os Debenturistas da Primeira Série quanto os Debenturistas da Segunda Série, nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável, serão consideradas regulares aquelas Assembleias Gerais de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.



Ver CI-PCJ-Nº **165 / 15**



10.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas da Primeira Série ou pelos Debenturistas da Segunda Série, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação da respectiva série, independentemente do comparecimento ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso. Com relação às Assembleias Gerais das quais deverão participar tanto os Debenturistas da Primeira Série quanto os Debenturistas da Segunda Série, nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável, as deliberações serão tomadas de forma segregada pelos Debenturistas de cada série da Emissão, sendo que as deliberações tomadas pelos Debenturistas da Primeira Série ou pelos Debenturistas da Segunda Série no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação da respectiva série, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

10.2. Quorum de Instalação

10.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas da respectiva série. A Assembleia Geral de Debenturistas da qual deverão participar tanto os Debenturistas da Primeira Série quanto os Debenturistas da Segunda Série instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da Primeira Série em Circulação e a metade, no mínimo, das Debêntures da Segunda Série em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas de cada uma das séries da Emissão.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, consideram-se "Debêntures da Primeira Série em Circulação" e "Debêntures da Segunda Série em Circulação" todas as Debêntures da Primeira Série ou todas as Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) da Emissora, sociedades sob controle comum, administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, consideram-se "Debêntures em Circulação" as Debêntures da Primeira Série em Circulação e as Debêntures da Segunda Série em Circulação, em conjunto.

10.3. Mesa Diretora

10.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pela comunhão dos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. Quorum de Deliberação

10.4.1. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

10.4.2. Sem prejuízo de outros quoruns expressamente previstos nas demais cláusulas desta Escritura e observado o disposto na Cláusula 10.4.3 abaixo, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, pelo menos, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação.

10.4.3. Não obstante o disposto na Cláusula 10.4.2 acima, as deliberações relativas a alterações dos Juros Remuneratórios, resgate antecipado, repactuação, alterações dos itens que dispõem sobre hipóteses de vencimento antecipado, prazo das Debêntures, dispositivos sobre quorum previstos nesta Escritura e/ou pedidos de renúncia (*waivers*) em relação a quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, deverão, de forma segregada para cada uma das séries da Emissão, contar com aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série.

10.4.4. Ressalvados os casos aqui previstos, as matérias sujeitas à Assembleia Geral de Debenturistas serão aprovadas, de forma segregada para cada uma das séries da Emissão, pelos titulares da maioria simples das Debêntures em Circulação da respectiva série que estiverem presentes na Assembleia Geral de Debenturistas.

10.5. Outras disposições à Assembleia Geral de Debenturistas

10.5.1. Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

10.5.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.5.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS FIADORAS

11.1. A Emissora e cada uma das Fiadoras, individualmente, declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:



165 / 15
Ver CI-PCF-Nº



- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente segundo as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura, o Contrato de Cessão Fiduciária, a emitir as Debêntures, prestar a Fiança e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura, no Contrato de Cessão Fiduciária e nos demais documentos relativos à Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) as obrigações assumidas nesta Escritura, no Contrato de Cessão Fiduciária e a Fiança constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora e das Fiadoras, conforme aplicável, exequíveis de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (d) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- (e) a celebração da presente Escritura, do Contrato de Cessão Fiduciária e a emissão das Debêntures, bem como a prestação da Fiança foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem: (i) seu Estatuto Social; ou (ii) qualquer lei ou restrição contratual que a vincule ou afete;
- (f) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora ou pelas Fiadoras de suas obrigações nos termos da presente Escritura, do Contrato de Cessão Fiduciária ou para a realização da Emissão e prestação de Fiança, respectivamente, exceto (i) pelo arquivamento da AGE da Emissão e das RCAs da Garantia nas Juntas Comerciais competentes; (ii) pela publicação da AGE da Emissão e das RCAs da Garantia; (iii) pela emissão e assinatura do Parecer do Conselho Fiscal, opinando favoravelmente à aprovação da Emissão na AGE da Emissão; (iv) pelo arquivamento da Escritura nas Juntas Comerciais competentes e nos Cartórios de RTD Fiança; (v) pelo arquivamento do Contrato de Cessão Fiduciária nos Cartórios de RTD Garantia Real; (vi) pelo registro das Debêntures junto à CETIP e à ANBIMA, exclusivamente para fins de informar a base de dados da ANBIMA, conforme o caso; e (vii) pela aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL com relação à Fiança CHESF e à Fiança ELETRONORTE;



[Handwritten signature]

- (g) a celebração da presente Escritura, do Contrato de Cessão Fiduciária e a emissão das Debêntures, bem como a prestação da Fiança não infringem qualquer contrato ou instrumento dos quais a Emissora e/ou as Fiadoras sejam parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou das as Fiadoras, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- (h) as demonstrações financeiras da Emissora e das as Fiadoras apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora e das as Fiadoras nas datas a que se referem, tendo sido devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. Desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora e/ou qualquer das Fiadoras fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora e/ou para as Fiadoras, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora e/ou das Fiadoras;
- (i) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo a Emissora e/ou das Fiadoras perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa causar um impacto adverso relevante na sua situação financeira ou nas suas operações, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras disponibilizadas pela Emissora e/ou pelas Fiadoras ao mercado;
- (j) tem todas as autorizações e licenças relevantes (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a data da presente declaração nem a Emissora nem qualquer das Fiadoras foi notificada acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;
- (k) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora e/ou das Fiadoras, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, para as quais a Emissora ou as Fiadoras possuam provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;



[Handwritten signature]

- (l) os representantes legais que assinam esta Escritura e o Contrato de Cessão Fiduciária têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (m) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são substancialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Emissora e das Fiadoras, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;
- (n) tem conhecimento de que a Emissora não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro meses) contados da data da comunicação à CVM do encerramento da distribuição, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (o) não omitiu ou omitirá qualquer fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar, conforme entendimento razoável da Emissora e/ou das Fiadoras, em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora e/ou das Fiadoras em prejuízo dos Debenturistas;
- (p) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;
- (q) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (r) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura e do Contrato de Cessão Fiduciária, incluindo, sem limitação, a obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.4 desta Escritura; e
- (s) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI Over, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé.

11.1.1. A Emissora e as Fiadoras, comprometem-se a notificar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário e os Debenturistas caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.



165,15
ver CHPCJ-Nº



CLÁUSULA XII
DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

12.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

COMPANHIA ENERGÉTICA SINOP S.A.

At: Mauro de Almeida Santos

Setor Comercial Norte, Quadra 6, Conjunto A, Bl. A, sala 402, Asa Norte

CEP 70.716-900 – Brasília/DF

Tel: (61) 3047-8072

Fax: (61) 9611-1143

E-mail: msantos@uhesinop.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, ala B, salas 303 e 304

CEP: 22640-102 – Rio de Janeiro – RJ

At: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

Para o Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar

CEP: 04538-132, São Paulo – SP

At: Sr. Luiz Petito

Tel. (11) 2797-4431

Fax. (11) 2797-3140

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Torre Olavo Setúbal

CEP: 04344-902, São Paulo – SP

At: Sr. Luiz Petito

Tel. (11) 2797-4431



Ver CI-PC-L Nº **165/15**



Fax: (11) 2797-3140

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para as Fiadoras:

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. – ELETRONORTE

At.: Antonio M. A. Barra – Diretor Econômico-Financeiro.

Setor Comercial Norte, Quadra 6, Conjunto A, Bl. B – Sala 510, Entrada Norte 2, Asa Norte

CEP 70.716.901 – Brasília/DF

Tel: (61) 3429-6400

Fax: (61) 3429-5398

E-mail: antonio.barra@eletronorte.gov.br

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO – CHESF

At.: Ruy Barbosa Pinto Júnior

Rua Delmiro Gouveia nº 333 – Edifício André Falcão, Bairro de San Martin

CEP 50.761-901- Recife/PE

Tel: (81) 3229.2237

Fax: (81) 3229.2629

E-mail: ruypinto@chesf.gov.br

Para a CETIP:

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

01452-001 - São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

12.1.2. As comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

12.2. Renúncia

12.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que



Ver Cl-PCJ- Nº 65,119



Handwritten signature and initials.

caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Veracidade da Documentação

12.3.1. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

12.3.2. Para prestar os serviços especificados e tomar as decisões necessárias com relação ao disposto nesta Escritura, o Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das deliberações societárias, dos atos da administração ou de qualquer documento ou registro da Emissora que considere autêntico que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora ou por seus colaboradores.

12.4. Independência das Disposições da Escritura e Interpretação dos Títulos das Cláusulas

12.4.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.5. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

12.5.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

12.6. Cômputo dos Prazos

12.6.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

12.7. Irrevogabilidade; Sucessores

12.7.1. A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

12.8. Despesas

12.8.1. A Emissora arcará com todos os custos: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, e do sistema de negociação das debêntures no mercado secundário da CETIP.

12.9. Correção de Valores

12.9.1. Para fins de verificação do cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, todos os valores de referência em Reais (R\$) dela constantes deverão ser corrigidos pela variação do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura, observado que tal disposição não se aplica a valores relacionados às Debêntures propriamente ditas, tais como o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou os Juros Remuneratórios.

12.10. Lei Aplicável

12.10.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.11. Foro

12.11.1. Fica eleito o foro da comarca de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Estando assim, as Partes certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 8 (oito) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Brasília, 17 de março de 2015.

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



VER-CI-PCJ Nº 65 / 2015

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive name.

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória e Real, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Energética Sinop S.A.)

COMPANHIA ENERGÉTICA SINOP S.A.

2º Ofício
ADEMAR

Nome: **Mauro de Almeida Santos**
Cargo: **Diretor Administrativo e Financeiro
Cia Energética SINOP**

Nome: **Rui da Justa Feijão**
Cargo: **Diretor de Engenharia e Construção
Cia Energética SINOP**

2º. OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO
SRTV/SUL OD. 701 BL. 01 LJ 24 TERREO
ED. ASSIS CHATEAUBRIAND - BRASÍLIA/DF
CNPJ/NF 00.418.421/0001-80
CE/DF 07/055/140/001-38

RECONHECO e dou fe' por SEMELHANÇA a(s)

Assinatura(s) de:
[5hp8B085]-MAURO DE ALMEIDA SANTOS.....
[5hp6n1m5]-RUI DA JUSTA FEIJÃO.....

Em testemunho da verdade.
BRASÍLIA, 24 de março de 2015
selo: TJDFT2015002015-4899NIC e
TJDFT20150020151490NIC

Para consultar acesse: www.tjdft.jus.br
ROSTANIO BORGES TEIXEIRA - TABELIAO
FRANILDO SIMÕES CORREIA - TAB. SUBSTITUTO
BENEDUQUE ALVES GOUVEIA - ESC. NOT. AUT.
MARTA OLÍDIA B. PEREIRA - ESC. NOT. AUT.
KENIA VIRGINIA F.R. ANDRADE -
ESC. NOT. AUT.

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória e Real, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Energética Sinop S.A.)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome:

Cargo:

Yumi F. A. Takahashi
Procuradora

Adilson Wagner Firmino TABELIÃO 088908AA364070
Estrada dos Bandeirantes, 209 - Lajes C e D - Taquara - RJ - CEP 22710-570 - Tel.: (21) 2445-8785

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de
YUMI FIRMO ALVES TAKAHASHI.....
Rio de Janeiro, 20 de Março de 2015 Conf. por.....
Em testemunho da verdade

Emolumentos R\$.....
Impostos.....
Total.....

Ofício DE NOTAS
Alberto Marques dos Santos
Escritor
CPF 78633 Série 108 RJ

CTPS 78633 S/108RJ - ALBERTO MARQUES DOS SANTOS ESCRIVENTE AUTORIZADO
EAW E69923-QMN Consulte em "http://www3.tjrj.jus.br/sitepublico"

965827v5

Eletrobras
Imagemite

Ver CI-PCJ- Nº

165 / 15



1.9014.051

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória e Real, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Energética Sinop S.A.)

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. – ELETRONORTE

Nome: **Tito Cardoso de Oliveira Neto**
Cargo: **Diretor-Presidente
Eletrobras Eletronorte**

Nome: **Adhemar Palocci**
Cargo: **Diretor de Planejamento
e Engenharia**
/ 30.100051

2o. OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO
SRTU/SUL OD. 702 BL. 01 LJ 24 TERREO
ED. ASSIS CHATELAIN - BRASILIA/DF
CNPJ/NE 00.618.421/0001-80
CF/DF 07.655.140/001-38

RECONHECO e dou fe por SEMELHANÇA a(s)

Assinatura(s) de:
[SHF7MICA]-TITO CARDOSO DE OLIVEIRA NETO
[SHF7XCIA]-ADHEMAR PALOCCI

Em testemunho da Verdade,
BRASILIA, 24 de Março de 2015
Selo: TJDF20150020251586NYY e
TJDF20150020251586NYY

Para consultar acesse: www.tjdft.jus.br
ROGATÁRIO BORGES TEIXEIRA - TABELIAO
URAMILIO SINDOS CORREA - TAB. SUBSTITUTO
RENQUES ALVES GONCALVES - ESC. NOT. AUT.
MATA OLIDES B. PEREIRA - ESC. NOT. AUT.
KENIA VIRGINIA F.R. ANDRADE -
DESC. NOT. AUT.

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória e Real, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Energética Sinop S.A.)

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF

Nome:

Cargo:

José Pedro de Alcântara Júnior
Diretor Econômico - Financeiro

Diretor - Presidente em Exercício

Nome:

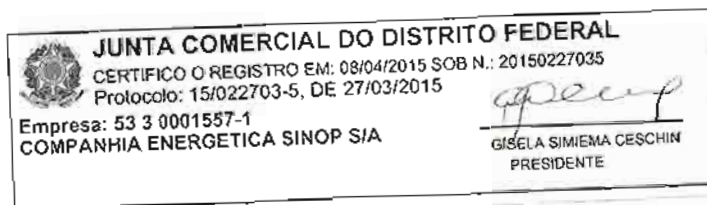
Cargo:

José Ailton de Lima
Diretor de Engenharia e Construção

Testemunhas:

Nome: RENATO KOVALSKI KAMINSKI
CPF: 325961039-15
OAB-DF: 8981

Nome: EUSEBIO GAIÃO TORNEAO BNAZ
CPF: 238.548.201-00



2º. OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO
SRTO/SUL CO. 701 BL. 01 LJ 24 TERREO
ED. ASSIS CHATEAUBRIAND - BRASÍLIA/DF
CNPJ/ME 00.618.421/0001-80
CF/DF 07.433.144/001-38

RECONHECO e dou fe' por SEMELHANÇA a(s)
Assinatura(s) de:
[5hp7ztrd]-JOSE PEDRO DE ALCANTARA.....
JUNIOR.....
[5hp7w]JD]-JOSE AILTON DE LIMA.....

Em testemunho da verdade,
BRASÍLIA, 24 de Março de 2015
Selo: TJDFT20150420231067HMTL e
TJDFT20150420231067HMTL

Para consultar acessar: www.tjdft.jus.br
GOIANILDO BORGES TEIXEIRA - TABELIAO
RAMILDO SINDOS CORREA - TAB. SUBSTITUTO
BENQUERES ALVES GOUVEIA - ESC. NOT. AUT.
MARTA OLIDES B. PEREIRA - ESC. NOT. AUT.
KENIA VIRGINIA F.R. ANDRADE -
ESC. NOT. AUT.